



Recebido em 04/05/2024

Aceito em 04/12/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.53793

ARTIGO

Quando as doenças contam uma história: uma análise sobre o ensino da História das Doenças no Brasil em livros didáticos do Ensino Fundamental (PNLD 2022)

When diseases tell a story: an analysis of teaching the history of diseases in Brazil in Elementary School didactic books (PNLD 2022)

Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior

Mestre em História Social pela Universidade Federal Rural de Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0001-8615-7532>

RESUMO: Este artigo analisa, dialogando com os estudos que apontam as orientações curriculares – Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – referentes às temáticas saúde e doença, a abordagem dada à História das Doenças em livros didáticos de história aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático 2022 (PNLD). Diante da elaboração de um banco de dados acerca dos componentes presentes nestas coleções, como textos bases presentes nos capítulos, complementos textuais, iconografias apresentadas e exercícios propostos, percebeu-se as limitações quanto à abordagem dada à História das Doenças nestes manuais. Portanto, foi possível compreender, a partir da produção historiográfica brasileira das doenças e de estudos que analisam a possibilidade de abordar as temáticas saúde e doença na educação básica, alguns preceitos quanto à abordagem dessas temáticas no Ensino de História.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. História das Doenças. Livro didático

ABSTRACT: This article analyzes, in dialogue with the studies that point out the curricular guidelines – National Curricular Parameters (PCN's) and the National Common Curricular Base (BNCC) – referring to the themes of health and disease, the approach given to the history of diseases in history didactic books approved by the 2022 National Didactic book Program (PNLD). In view of the creation of a database about the components present in these collections, such as the base texts present in the chapters, textual complements, iconographies presented and proposed exercises, the limitations regarding the approach given to the history of diseases in these manuals were noticed. Therefore, it was possible to understand, based on the Brazilian historiographical production of diseases and studies that analyze the possibility of addressing the themes of health and illness in basic education, some precepts regarding the approach to these themes in teaching history.

KEYWORDS: History teaching. History of diseases. Didactic book.

“O que a História nos ensina sobre as doenças?”

Introdução

O questionamento acima foi feito no mês de março de 2021, um ano após a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretar a pandemia de Covid-19 (causada pelo vírus SARS-CoV-2), por um aluno do 9º ano do Ensino Fundamental. Como um jovem professor que estava no último período de uma graduação em licenciatura em História, vale ressaltar que em tempos de negacionismo científico e incertezas quanto ao futuro, fui pego de surpresa pelo questionamento de um adolescente que afirmava nunca ter estudado sobre as doenças nas aulas de História. Em um momento em que o ensino se tornou remoto, em virtude das restrições impostas pela crise sanitária, este questionamento possivelmente demonstra, além da curiosidade suscitada diante das notícias sobre a Covid-19 discutidas em aula, a busca por respostas em meio ao sentimento angustiante e coletivo de que aquela situação não chegaria a um fim.

A pandemia de Covid-19, ao desafiar a ciência na busca por respostas, a administração pública na gestão da crise sanitária e a sociedade na mudança de sua rotina em virtude do isolamento social estabelecido, trouxe a temática das doenças para a arena dos debates promovidos, sobretudo, nas redes sociais. Os profissionais da História, aparentemente aqueles também capazes de fornecer respostas aos questionamentos feitos pela sociedade brasileira, foram inquiridos a se posicionar diante do que foi declarado em alguns meios de comunicação como uma “peste” – denominação historicamente atribuída a doença de natureza misteriosa – que se encantava à espreita.

Foi a partir do questionamento realizado pelo aluno sobre um acontecimento do tempo presente – a Covid-19 – que enquanto historiador-docente, assim me posiciono buscando romper as barreiras que historicamente segregaram aqueles que escreviam e aqueles que ensinavam História, me voltei para compreender o lugar ocupado pelas doenças no ensino desta disciplina. Para chegar a esse objetivo, me propus a analisar, em diálogo com os estudos que apontam as orientações curriculares – PCN’s e BNCC – referente às temáticas saúde e doença (COSTA; OLIVEIRA, 2021), a abordagem dada às doenças nas 14 coleções didáticas de História do PNLD de 2022.

A escolha em analisar livros didáticos, compreendidos nesta pesquisa enquanto importantes ferramentas no processo de ensino e aprendizagem, ocorreu ao observar que a discussão sobre a “Gripe Espanhola” (Influenza) que constava no livro didático de História adotado na escola em que atuava naquele momento encontrava-se no capítulo sobre a Primeira Guerra Mundial, não abordando a chegada dessa doença ao Brasil. Em virtude dessa questão, e buscando exercer meu papel de historiador-docente, busquei responder os seguintes questionamentos: Qual a possibilidade de abordar as doenças no Ensino de História na Educação Básica? Qual a importância do livro didático de História no processo de ensino e aprendizagem? Como os livros didáticos de História têm abordado a História das Doenças no Brasil? Deste modo, buscando responder estes questionamentos, articulei na minha prática docente a pesquisa e o ensino.

Asdoenças na história enahistoriografia brasileira

A obra “As doenças têm história”, publicada pelo historiador francês Jacques Le Goff em 1985, traz em seu título uma constatação: a de que as doenças são, apesar de suas implicações biológicas, uma construção histórica (LE GOFF, 1985). Esta afirmação, embora consolidada nos estudos históricos, resultou das mudanças epistemológicas vivenciadas neste campo do conhecimento antes mesmo da publicação desta obra.

Foi com a chamada História Nova, uma corrente historiográfica herdeira dos Annales delineada a partir da década 1970, que as bases teóricas para pensar as doenças em perspectiva histórica foram lançadas. Ao questionar as interpretações até então vigentes acerca do fato histórico como algo imutável, a partir da emergência de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos” parafraseando os volumes da importante coletânea organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, a História Nova ampliou o leque de fontes a serem mobilizadas na escrita da História. Na terceira coletânea intitulada “História: novos objetos”, originalmente publicada no ano de 1974, em especial, os historiadores Jacques Revel e Jean-Pierre Peter, ao se voltarem para discutir o corpo e tudo o que a ele pode ser associado, chamaram atenção para a condição das doenças enquanto fenômenos sociais (REVEL; PETER, 1995).

No Brasil, como avalia a historiadora Dilene Nascimento (2005), a História das Doenças representou objeto de reflexões de médicos e higienistas muito antes das proposições teóricas apresentadas pela História Nova. Essa História das Doenças escrita por esses sujeitos, estritamente vinculadas ao lugar social que ocupavam, esteve associada a uma história da medicina, interessada em repertoriar a evolução do conhecimento médico como resultado das conquistas da ciência e do trabalho da classe ao qual estes sujeitos pertenciam, e a uma epidemiologia histórica, voltada para descrever as origens e formas de propagação das doenças a partir da relação vivenciada entre diferentes sociedades.

Na década de 1970, enquanto delineava-se as mudanças da História Nova que tornaram as doenças um objeto a ser investigado pelos historiadores, traduções das obras de Michel Foucault chegaram ao Brasil propondo novos olhares para a História da Medicina. Neste contexto, amparados pelo conceito de medicina social, pesquisadores passaram a escrever uma História da Medicina a partir das relações de poder estabelecidas no processo de medicalização da sociedade brasileira, compreendendo-o como algo acabado a partir da superação da medicina colonial pela higienista.

Uma história brasileira das doenças, e por consequência da saúde, amparada pelos pressupostos teóricos da História Nova delineou-se no Brasil a partir das décadas de 1980 e 1990. Doença e saúde, no âmbito desta historiografia, não necessariamente passaram a consistir em condições opostas, mas complementares dentro de sistemas culturais particulares. Esta corrente historiográfica, ao compreender que as doenças constituem parte da dinâmica vital e se inscrevem em todos os setores da relação dos seres humanos

com o ambiente e destes entre si, passaram a abordá-las enquanto fenômenos socialmente construídos, sendo apropriadas pela historiografia a partir de diferentes abordagens (NASCIMENTO, 2005).

Diante da afirmação mencionada, de que as doenças têm história, torna-se importante compreender qual história – ou quais histórias – as doenças contam. No caso do Brasil, cuja historiografia dos últimos trinta anos elaborou considerável produção sobre as doenças que afligiram este país em diferentes épocas, bem como os conhecimentos científicos e populares, os sujeitos e as instituições que podem, a elas, ser relacionadas, enfermidades como Varíola, Febre Amarela, Cólera, Lepra/Hanseníase, Tuberculose, Gripe espanhola (Influenza), Meningite, Poliomielite e Aids/HIV, foco das análises aqui apresentadas, foram devidamente problematizadas.

Para contar uma história do Brasil a partir dessas doenças, amparando-se na historiografia brasileira, cabe entendê-las como mencionado enquanto fenômenos socialmente construídos. Pois, como ressalta Dilene Nascimento (2005), “Concorrem para a existência da doença diversos elementos científicos, sociais e políticos” temporal e espacialmente situados, tendo em vista que “Diferentes grupos, à cada época, dão significação e sentido específicos à entidade fisiopatológica chamada doença” (NASCIMENTO, 2005, p. 29).

A produção historiográfica acerca das doenças que marcaram, e ainda marcam, a sociedade brasileira, ao fornecer importantes contribuições para pensar o modo pelo qual enfermidades como as mencionadas foram representadas socialmente, modificaram estruturas políticas, econômicas e sociais e mobilizaram diferentes sujeitos, instituições e saberes, consolidou as doenças enquanto objeto da História do Brasil. Cabe destacar ainda, como ressalta Dilene Nascimento (2005), que o estudo das doenças deve possibilitar

O conhecimento sobre estruturas e mudanças sociais, dinâmica demográfica e deslocamento populacional, reações societárias, constituição do Estado e de identidades nacionais, emergência e distribuição de doenças, processos de construção de identidade individuais, constituição de campos de saber e disciplinas (NASCIMENTO, 2005, p. 39-40).

Foi incidindo sobre essas questões que a produção historiográfica brasileira, ao entender a doença enquanto um fenômeno social, pôde expandir-se teórica e metodologicamente, utilizando-se de um repertório variado de fontes históricas e desenvolvendo novas abordagens centradas na análise das doenças presentes na história do Brasil. Chegando à compreensão de que as doenças se encontram consolidadas como objetos desta historiografia que, tendo em vista o objetivo deste trabalho, inicialmente questioneei: Qual a possibilidade de abordar as doenças na História do Brasil no Ensino de História?

Doenças como conteúdo para o Ensino de História

Para responder esse primeiro questionamento é importante compreender qual o papel do Ensino de História. Para o pesquisador Fernando Seffner (2013), em análise sobre a relação entre aprender e ensinar história, um dos objetivos da aula desta disciplina consiste em capacitar o aluno para interrogar sua própria historicidade na

relação com o ambiente que ocupa e as relações sociais que vivencia. O conhecimento produzido por meio da reflexão de natureza histórica, ao representar para esse autor o ponto de partida para a realização de outras reflexões de natureza crítica e emancipatória, deve ser compreendido como fundamental para a vida em sociedade.

Interrogar a própria historicidade consiste em questionar, enquanto um sujeito histórico inserido em determinado espaço e tempo, as estruturas políticas, econômicas e socioculturais provenientes de um passado que, influenciando a dupla relação acima mencionada – ambiente e sociedade –, ainda persistem no presente e poderão persistir em um futuro próximo. Embora a História se volte para o passado para realizar suas análises, os questionamentos feitos por e para esta disciplina científica, a exemplo daquele feito pelo aluno sobre “o que a História nos ensina sobre as doenças?” em tempos de pandemia, são norteados por problemas do presente, experiências do passado e perspectivas sobre o futuro.

O historiador Jörn Rüsen (2012), ao analisar os fundamentos e paradigmas da aprendizagem histórica, assinala que cabe à História, enquanto conhecimento, a função didática de possibilitar a formação de uma consciência histórica. Esta consciência histórica, como ressalta o autor, não pode ser compreendida apenas enquanto conhecimento do e sobre o passado, tendo em vista que o conhecimento histórico estruturado por esta consciência representa um meio de entender o tempo presente e antecipar, ainda que apenas a partir de anseios, o futuro.

As historiadoras Maria Schmidt e Marlene Cainelli (2010), ao analisarem os dilemas presentes no Ensino de História, apontam a centralidade da relação passado-presente no ensino desta disciplina a partir de duas dimensões. A primeira, embora oferecendo alguns riscos ao Ensino da História como ressaltam as autoras, refere-se a compreensão de que o passado ajuda a compreender o presente, por meio do esforço em realizar o diálogo entre realidades do presente e do passado, possibilitando ao aluno estabelecer relações de causa e efeito entre acontecimento de períodos sucessivos, os levando a dar sentidos ao mundo em que vivem no presente e elaborar projeções sobre o futuro. Enquanto que a segunda, mesmo reconhecendo a importância do Ensino de História em possibilitar uma melhor compreensão do presente, refere-se à necessidade de levar o aluno a entender que nem tudo deve ser remetido ao presente, em virtude das particularidades que o passado possui.

Abordar a historicidade das doenças no Ensino de História, portanto, possibilitará aos alunos o desenvolvimento de uma consciência histórica que os permitirá compreender que experiências como a pandemia da Covid-19, embora possam ser problematizadas a partir de referenciais encontrados em períodos anteriores ao qual aconteceu, não podem ser igualadas, por encontrarem-se situadas em contextos históricos específicos. A partir da problematização destes aspectos a abordagem da História das Doenças em sala de aula possibilitará que os estudantes alcancem um dos objetivos do Ensino de História: questionar a historicidade dos próprios acontecimentos – como as doenças – tomados como objetos de análise.

A pesquisadora Thayane Oliveira (2021), ao analisar a possibilidade de abordar as doenças nas aulas de História, chegou à conclusão de que esta abordagem pode ocorrer através de duas formas. Primeiro, observou a proposição de abordar as temáticas

saúde e doença a partir de temas transversais – ao analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) –, segundo, por meio dos próprios materiais disponibilizados para o professor – o livro didático de História.

Ao analisar os PCN's percebeu ser a temática da saúde prescrita nos temas transversais que, embora não constituindo a base temática da História, podem ser incorporados a propostas definidas para esta disciplina (BRASIL, 1988). A ênfase dada nestes documentos à saúde, e por consequência as doenças, se aproxima em sua análise ao que é definido como educação em saúde por objetivar o aprendizado acerca de hábitos saudáveis para o combate às doenças e a promoção da saúde. Delimitando a importância de reconhecer a influência de fatores não só biológicos e ambientais, mas também socioeconômicos, delimitam as orientações para o aprendizado das concepções históricas que perpassam a relação saúde-doença (OLIVEIRA, 2021).

Em sua análise sobre a BNCC, Thayane Oliveira (2021) observou que as temáticas saúde e doença, abordadas em habilidades e competências cobradas em unidades temáticas, não se encontram propriamente associadas ao conhecimento histórico. Estas temáticas encontram-se inseridas prioritariamente, como observou a autora, nas áreas de Ciências da Natureza e/ou Educação Física (BRASIL, 2017).

O historiador Leandro Costa (2021), ao analisar o ensino das epidemias na História do Brasil por meio dos conteúdos abordados em manuais didáticos, também analisou como as temáticas saúde e doença são prescritas nestes documentos. Ressaltando a proposta presente nos PCN's em abordar a saúde como tema transversal, como observado por Thayane Oliveira (2021), o autor acrescenta ainda que, esses documentos estabelecem que a etiologia das doenças seja tratada unicamente pelas disciplinas de Ciências da Natureza. Esta abordagem, tendo em vista que a etiologia de uma doença resulta das respostas que a ciência é capaz de dar em determinado contexto histórico, mostra-se insuficiente.

Na BNCC observou que as temáticas de saúde e doença, abordadas em habilidades e competências como observou Thayane Oliveira (2021), encontram-se direcionadas a compreensão de aspectos como o autoconhecimento, o cuidado com a saúde física e emocional e a autocrítica relacionada às diferentes formas de lidar com as emoções. Neste documento, assim como observado nos PCN's, a ausência de propostas voltadas para uma abordagem das narrativas históricas sobre as doenças é marcante (COSTA, 2021).

O pesquisador Tomaz Tadeu da Silva (2010) ressalta, ao refletir sobre as limitações possíveis de serem observadas nos currículos educacionais, a necessidade em compreender esses documentos enquanto construções políticas e culturais. Os currículos educacionais, ao representarem para esse autor campos de disputas de poder, devem ser observados como territórios a serem contestados com o intuito de desconstruir propostas pedagógicas alinhadas a uma história única.

Diante do que pontuam Thayane Oliveira (2021) e Leandro Costa (2021), em relação às limitações nas abordagens dadas às temáticas saúde e doenças nos PCN's e na BNCC, percebe-se que recai sobre os professores a tarefa de utilizar estratégias,

em consonância com o que esses documentos estabelecem, para analisar as doenças em sala de aula. Essa abordagem, como aponta Thayane Oliveira (2021), deve buscar

Incorporar novos elementos para a aprendizagem histórica visto que as enfermidades, ao longo da história, foram importantes impulsionadoras de transformações no campo médico-científico e sanitário. Práticas e políticas foram implantadas e modificadas a fim de controlar doenças e surtos epidêmicos, ações essas que sobrevivem na memória ou no cotidiano da sociedade (OLIVEIRA, 2021, p. 48).

Por meio da abordagem do ensino da História das Doenças, a partir dos aspectos sugeridos por essa autora, possibilitar-se-ia ao aluno o desenvolvimento de uma consciência histórica, situada temporalmente a partir da relação passado-presente-futuro, dos dilemas que marcam a sociedade na qual ele vive em relação aos processos de saúde e doença. Partindo desta possibilidade, bem como da necessidade em compreender as características do material - manuais didáticos - definido para analisar como esta abordagem tem ocorrido, emergiu o segundo questionamento: Qual a importância do livro didático de história?

Livros didáticos de História em debate

O livro didático no Brasil pode ser compreendido, como pontua a historiadora Flávia Caimi (2010), enquanto um importante suporte cultural em virtude do papel que desempenha no ambiente escolar. Para a pesquisadora, além de representar uma importante ferramenta de trabalho no processo de ensino e aprendizagem, na maioria dos casos consiste no único material de leitura que os alunos dispõem em seu cotidiano.

Como suporte de conhecimentos, como avalia Circe Bittencourt (2011), os manuais didáticos apresentam em sua elaboração os conteúdos propostos pelos currículos, constituindo-se enquanto ferramenta fundamental na constituição dos saberes escolares. Ao propor formas de interpretar determinados conteúdos em consonância com o que estabelece os currículos escolares, segundo essa autora, fornecem ainda

Condições para o aluno ter maior domínio sobre a leitura e a escrita e ampliar seu conhecimento sobre vários assuntos e temas, mas, paradoxalmente, limita esse domínio, ao direcionar a leitura para determinadas formas de ler e utilizar as informações apreendidas (BITTENCOURT, 2011, p. 317).

Diante da importância desse recurso, sobretudo para compreender aspectos referentes à cultura escolar, inúmeras pesquisas voltadas para compreender sua importância, sua estrutura (componentes textuais, iconográficos e atividades), suas possibilidades de uso e as limitações que apresentam passaram a se desenvolver na década de 1980. Não por acaso, para situar o contexto de crescimento destas pesquisas, foi a partir desta década que se iniciou os debates que deram conformação ao atual Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Este programa, criado em substituição ao que vigorou anteriormente até o ano de 1985, reuniu as demandas apresentadas por muitos educadores quanto a necessidade de universalização da educação, adquirindo como

objetivo de garantir a melhoria dos materiais didáticos direcionados para a Educação Básica (ALVIM, 2009).

No âmbito da História, as pesquisas com manuais didáticos em programas de pós-graduação na década de 1980, como avaliou Bittencourt (2011), marcaram um momento no qual o interesse pela área do Ensino de História encontrava-se em fase inicial. Já na década seguinte, em virtude do maior interesse vivenciado pela sala de aula e os métodos empregados no processo de ensino e aprendizagem como resultado das pesquisas desenvolvidas na década anterior, ocorreu a realização de congressos e a criação do Grupo de Trabalho (GT) Ensino de História e Educação, da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), que reuniu pesquisadores interessados em discutir o ensino da disciplina História.

Nesse cenário, as pesquisas na área do Ensino de História desenvolvidas na década de 1990, segundo analisou Bittencourt (2011), se voltaram para o interior da sala de aula promovendo discussões que, ao promover críticas aos pressupostos estruturalistas que norteavam a Educação Básica tornando a escola uma reprodutora da ideologia do Estado, passaram a defender uma visão da escola enquanto lugar de produção de conhecimento. Os livros didáticos de História, representando recursos essenciais no processo de ensino e aprendizagem desta disciplina, passaram a sofrer críticas quanto a sua estrutura e conteúdo apresentados.

Esse novo olhar sobre os manuais didáticos de História, bem como de modo geral aos que eram destinados às demais áreas do conhecimento, ocorreram em um momento de mudanças nas políticas públicas da educação brasileira que deram origem ao Sistema de Avaliação dos Livros Didáticos instaurado pelo MEC em 1995. Este projeto, como ressalta a historiadora Yara Alvim (2009), foi criado com o objetivo de avaliar os conteúdos e aspectos pedagógicos e metodológicos a serem aplicados nas coleções didáticas através da atuação de especialistas de cada área de conhecimento convocados para analisar as coleções produzidas pelas editoras¹.

Nesse contexto, sobretudo a partir da primeira década do século XXI, o livro didático se consolidou como um importante objeto de pesquisa. Entretanto, mesmo diante desse processo, a defesa da importância desse recurso tem sido perpassada por uma situação que parece contraditória, “Uma vez que vive-se na educação um momento de incorporação de novos materiais didáticos tecnológicos que têm sido avaliados como substitutos dos manuais didáticos impressos” (BITTENCOURT, 2011, p. 504).

Mesmo diante da adoção de novos recursos tecnológicos nos processos de ensino e aprendizagem, em um contexto de incentivo a incorporação de metodologias ativas que se aproximam da realidade na qual os alunos encontram-se inseridos, os manuais representam um suporte de informação indispensável em virtude da limitação de recursos financeiros que permitam o acesso a essas novas tecnologias. No Brasil, as pesquisas com manuais didáticos, enquanto fontes, possuem um lugar de destaque na

¹ A partir dessa política pública, editais com orientações pedagógicas passaram a ser publicados, objetivando fornecer as editoras parâmetro para a elaboração de coleções didáticas das diferentes áreas prescritas nos currículos oficiais, tornando a seleção dos manuais didáticos mais criteriosa e democrática.

produção acadêmica demonstrando essa questão, e no caso específico da História, representa uma temática bastante discutida por pesquisadores como Alain Choppin (2004), Itamar Freitas (2009), Flávia Caimi (2010), Circe Bittencourt (2011) e Maria Stamatto e Flávia Caimi (2016) que ressaltam a análise deste material como uma das possibilidades no âmbito das investigações acerca do Ensino de História.

Os manuais didáticos de História, segundo Circe Bittencourt (2011), foram, ao longo dos séculos XIX e XX, organizados seguindo uma sequência linear, de forma que sua estrutura se encontrava dividida em capítulos que apresentavam conteúdos, resumos e exercícios com perguntas, situação que marca a produção dos materiais didáticos de História até hoje. A produção de um livro didático, como destaca Alain Choppin (2004), ocorre de acordo com o ambiente para qual é direcionado, adaptando-se a contextos regionais e sendo produzidos no interior de sistemas governamentais a partir de um ciclo de produção, uso e descarte pelos diferentes sujeitos que o utilizam, o que auxilia a compreender a estrutura que esses materiais apresentam no Brasil.

Para entender o papel que esses livros exercem no contexto da sala de aula, e no processo de ensino e aprendizagem, torna-se essencial compreendê-los como um produto cultural. Para a pesquisadora Circe Bittencourt (2011), em consonância com o que pontua Alain Choppin (2004), a produção e os aspectos materiais deste produto são marcados por uma lógica de mercado, na qual ao se configurar como mercadoria ligada ao mundo editorial, se constitui como fruto de uma dinâmica marcada por uma indústria cultural de consumo criada pelo sistema capitalista

O historiador Itamar Freitas (2009), analisando as funções desempenhadas pelos livros didáticos, ressalta que consistem em um recurso multifacetado que influencia o processo de difusão e absorção de determinados conhecimentos a partir do que é prescrito nos currículos oficiais. Deste modo, como avalia Circe Bittencourt (2011), a análise dos conteúdos pedagógicos, do método de aprendizagem e dos elementos (textuais, iconográficos e atividade) que apresentam deve se voltar para como

Os alunos terão oportunidade de fazer comparações, identificar as semelhanças e diferenças entre os acontecimentos, estabelecer relações entre situações históricas ou entre a série de documentos expostos no final ou intercalados nos capítulos e indicar outras obras para leitura, fornecendo pistas para a realização de pesquisa em outras fontes de informação (BITTENCOURT, 2011, p. 315).

Diante das possibilidades interpretativas que a análise de manuais didáticos oferece, sobretudo em relação a aspectos inerentes ao processo de ensino e aprendizagem, cabe destacar, como discutido por Yara Alvim, a compreensão das diferentes visões que perpassam este material, entendido “ora como veiculador e perpetuador de ideologias dominantes, ora como um objeto limitador da autonomia e da criatividade docentes, ora como instrumento pedagógico de apoio ao professor” (ALVIM, 2009, p. 1). Por meio dessa compreensão, bem como ciente das limitações nos currículos quando a abordagem dada às doenças no Ensino de História, chegamos ao terceiro questionamento: Como os livros didáticos de História abordam a História das Doenças no Brasil?

O que se ensina sobre a História das Doenças no Brasil em livros didáticos

Para a realização da análise proposta neste trabalho foram selecionadas as 14 coleções didáticas de História aprovadas no PNLD 2022 (ANTONELLI *et al.*, 2022; BOULOS JÚNIOR, 2022; BRAICK *et al.*, 2022; COTRIM; RODRIGUES, 2022; DIAS *et al.*, 2022; FERNANDES; CARDOSO, 2022; FERREIRA JUNIOR *et al.*, 2022; FREITAS *et al.*, 2022, KARNAL *et al.*, 2022; MINORELLI; CHIBA, 2022; MOTOOKA; SILVA, 2022; PANAZZO; VAZ, 2022; SERIACOPI *et al.*, 2022; VAINFAS *et al.*, 2022). Estas coleções, cujo ciclo de utilização refere-se aos anos 2024-2027, encontram-se listadas no quadro 1.

Quadro 1: Coleções didáticas de História aprovadas no PNLD 2022.

Coleção	Editora	Autores
Araribá conecta – História	Moderna Ltda.	Maria Clara Antonelli <i>et al.</i>
História, Sociedade e Cidadania	FTD S.A.	Alfredo Boulos Júnior.
Se liga na história Braick & Barreto	Moderna Ltda.	Fabrizio Ramos Braick <i>et al.</i>
Expedições da história	Moderna Ltda.	Gilberto Vieira Cotrim e Jaime Rodrigues.
Jovens Sapiens História	Scipione S.A.	Adriana Machado Dias <i>et al.</i>
Jornadas: novos caminhos – história	Saraiva Educação S.A.	Priscila Nina Fernandes e Maurício Cardoso.
Amplitude história	Editora do Brasil Ltda.	Lier Pires Ferreira Junior <i>et al.</i>
Segue a trilha história	Palavras projetos editoriais Ltda.	Solange de Almeida Freitas <i>et al.</i>
Viver história com Leandro Karnal	Moderna Ltda.	Leandro Karnal <i>et al.</i>
Superação! História	Moderna Ltda.	Caroline Torres Minorelli e Charles Hokiti Fukushigue Chiba.
Geração Alpha história	SM Ltda.	Débora Yumi Motooka e Valéria Aparecida Vaz da Silva.
Conexões e vivências História	Editora do Brasil S.A.	Silvia Panazzo e Maria Luisa Albiero Vaz.
A conquista da história	FTD S.A.	Reinaldo Seriacopi <i>et al.</i>
História.doc	Saraiva Educação S.A.	Ronaldo Vainfas <i>et al.</i>

Fonte: PNLD 2022.

Nessas coleções, foram selecionados apenas os volumes referentes aos 7o, 8o e 9o ano do Ensino Fundamental, por tratar-se do período no qual os alunos são introduzidos ao recorte da História do Brasil, cuja estrutura encontra-se dividida em capítulos que apresentam os conteúdos por meio de abordagens centradas na História Global, relacionando-as a História do Brasil, a partir de uma sequência cronológica linear. Esta estrutura segue um modelo clássico, como ressaltado por Circe Bittencourt (2011) sobre os manuais didáticos de História no Brasil, presente desde o século XIX.

Para alcançar o objetivo proposto utilizamos a metodologia de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977), voltada para a sistematização e descrição de dados que permitam inferir sobre determinado conteúdo. A análise dos dados partiu de uma abordagem qualitativa, a partir dos pressupostos discutidos por Maria Minayo (2002), tomando como referência o estudo de Leandro Costa (2021) que utilizou de componentes presentes nos manuais didáticos para observar aspectos conceituais e pedagógicos relacionados à abordagem dada a História das Doenças em livros didáticos de História. Os componentes das coleções didáticas definidos para a análise foram: I – Texto; II – Complemento; III – Iconografia; e IV – Atividade.

Na análise do componente “texto”, voltada para o conteúdo textual base presente nos capítulos, buscou-se compreender se as doenças definidas para análise – “Varíola”, “Febre Amarela”, “Cólera”, “Lepra/Hanseníase”, “Tuberculose”, “Gripe espanhola (Influenza)”, “Meningite”, “Poliomielite” e “Aids/HIV” – são abordadas nas coleções selecionadas e como se dá estas abordagens. Em relação ao componente “complemento”, referente aos recursos textuais complementares (glossário e seções textuais), buscou-se observar se contribuem com a discussão presente no componente “texto”. No tocante ao componente “iconografia”, referente às imagens (fotografias, gráficos, tabelas, quadros, mapas) apresentadas nos capítulos, buscou-se analisar a presença destes recursos relacionados à temática das doenças e como se dá esta abordagem. Já em relação ao componente “atividade”, relacionado aos exercícios propostos, buscou-se observar se abordam as doenças como temática e quais reflexões propõem.

Em virtude do volume de informações reunidas no banco de dados elaborado durante a análise das coleções didáticas, organizado a partir de tabelas referentes a cada doença contendo em sua estrutura informações como nome da coleção, volume, componente identificado e página do livro no qual esse componente se encontra, optamos por apresentar os dados tabelados com as informações gerais. Esta tabela, apresentando um panorama da abordagem dada às doenças por componente presente em cada volume das coleções didáticas definidas para análise, encontra-se apresentada abaixo:

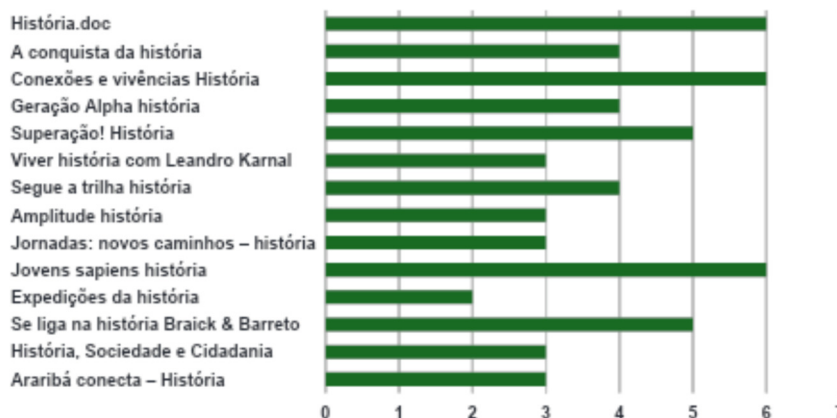
Tabela 1: Doenças mencionadas por componentes nas coleções didáticas de história do PNLD 2022.

Coleções / Volume / Componente	Doenças								
	Variola	Febre Amarela	Cólera	Lepra / Hanseníase	Tuberculose	Gripe espanhola (Influenza)	Meningite	Poliomielite	Aids / HIV
Araribá conecta - História	7	I, III			I				
	8								
	9	I	I / II						
História, Sociedade e Cidadania	7								
	8								
	9	I / III / IV	I			I / IV			I
Se liga na história Braick & Barreto	7	IV							
	8	I							
	9	I /	I / IV			IV		I	I
Expedições da história	7	I							
	8								
	9	I	I						
Jovens Sapiens História	7								
	8	I		I					
	9	I	I / II			II		II	I
Jornadas: novos caminhos - história	7								
	8								
	9	I / III	I			I			
Amplitude história	7								
	8								
	9	I / III / IV	I						I
Segue a trilha história	7	I							
	8		II	I					
	9	I	I / II			IV			
Viver história com Leandro Karnal	7	I							
	8								
	9	I				I			I
Superação! História	7								
	8		II	II					
	9	I / III	I				II / IV	III	
Geração Alpha história	7	I							
	8	I	I						
	9	I	I			I			I
Conexões e vivências História	7	I / IV		IV	IV				
	8								
	9	I / IV	I / III	IV		I			
A conquista da história	7								
	8	I	I / III	I					
	9	I / II							I
História.doc	7	I / II / III							
	8	I				I			
	9	I / II / IV	I	I		I		IV	I

Fonte: PNLD 2022.

Cabe destacar que todos os volumes das coleções didáticas apresentam o termo “doença”, entretanto, como nossa análise se voltou para doenças específicas, contabilizou-se a menção a essas doenças. Outras doenças são mencionadas em algumas das coleções – como “sífilis”, “peste bubônica”, “tifo”, “sarampo” –, associadas a varíola e febre amarela, optando-se por mantê-las fora da amostragem em virtude do tempo disponível para pesquisa. Para uma compreensão da quantidade de doenças abordadas em cada coleção didática de história do PNLD 2022, tendo sido contabilizada apenas uma única vez a menção a cada uma das doenças por coleção, foi elaborado o gráfico 1.

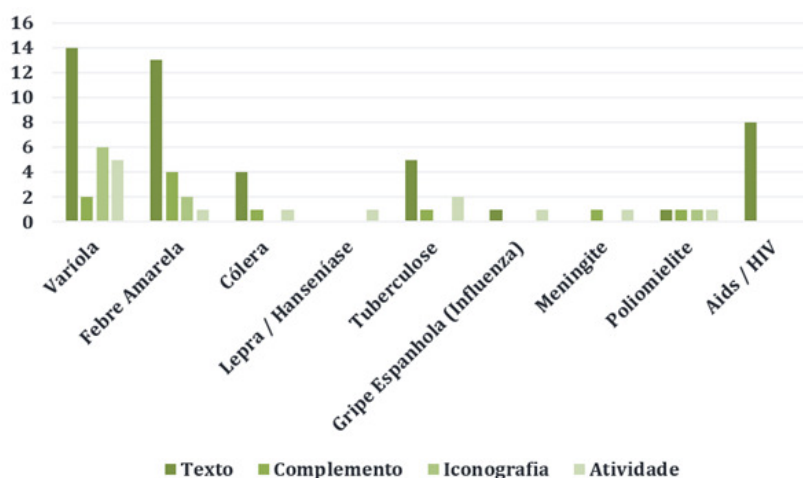
Gráfico 1: Quantidade de doenças mencionadas por coleções didáticas de história do PNLD 2022.



Fonte: PNLD 2022.

Cabe destacar que esses números se referem especificamente as menções feitas às doenças definidas para análise nos capítulos referentes à História do Brasil. Percebeu-se que em algumas coleções as doenças são mencionadas em conteúdos referentes à História Global, sem que seja feita uma relação com o contexto do Brasil, com exceção da coleção História, Sociedade & Cidadania (BOULOS JÚNIOR, 2022) na qual há um subtópico no capítulo referente ao conteúdo Primeira Guerra Mundial, considerada na amostragem, que faz menção a chegada da “Gripe Espanhola” (*Influenza*) ao Brasil. Em relação a quantidade de componentes referentes a cada uma das doenças selecionadas presente no conjunto das coleções didáticas de História do PNLD 2022, tendo sido contabilizado uma única vez a presença de cada tipo de componente referente a cada uma das doenças por coleção, foi elaborado o gráfico 2.

Gráfico 2: Quantidade de doenças por componente no conjunto das coleções didáticas de História do PNLD 2022.



Fonte: PNLD 2022.

Com a consolidação dos dados foi possível perceber as presenças e ausências das doenças abordadas em cada coleção didática analisada e como são abordadas a partir dos componentes presentes no livro no conjunto das coleções didáticas. A varíola e a febre amarela representam as doenças mais abordadas no conjunto das coleções seguidas, respectivamente, da aids/HIV, tuberculose, cólera, poliomielite e, na mesma proporção, lepra/hanseníase, Gripe espanhola (*influenza*) e meningite.

No tocante a varíola, doença mais abordada no conjunto das coleções, aparece em discussões referentes a chegada dos europeus no Brasil com o processo de colonização; a conflitos militares como a cabanagem (1834-1840) e a guerra do Paraguai (1864-1870) no período imperial; as condições de higiene das cidades durante o período imperial; ao processo de imigração de europeus durante a transição do período imperial para o republicano; e no contexto de urbanização, sanitização e revolta da vacina (1904) vivenciada no Rio de Janeiro na primeira república. A coleção “História.doc”, ao abordar esta doença, explica: “A varíola, outra doença trazida pelos europeus, também foi fatal. Na Bahia, por exemplo, uma epidemia de gripe matou cerca de 30 mil indígenas, em 1562. No ano seguinte, a varíola matou um terço dos Tupinambá” (VAINFAS *et al.*, 2022, p. 42).

Embora apresentando dados sobre os números de indígenas vitimados por essa doença em uma epidemia que ocorreu entre 1562 e 1563, contribuindo para demonstrar o impacto que causou durante a colonização, não apresenta outros dados como, por exemplo, o agente etiológico causador dessa doença. A coleção denominada “Araribá conecta - História”, ao abordar esse mesmo processo, apresenta uma imagem (Figura 1).

Figura 1: Gravura de indígenas tupinambá acometidos por uma epidemia de varíola².



Fonte: ANTONELLI *et al.*, 2022, p. 182.

² Título da imagem na coleção didática: DE BRYE, Theodore. *Jeppipo Wasu*, "o chefe da tribo, e muitos de seus parentes ficam muito doentes". 1593. Gravura. Biblioteca do Congresso, Washington, Estados Unidos. A contaminação por doenças trazidas pelos colonizadores europeus, como gripe e varíola, causou a morte de milhares de indígenas.

Na Figura 1, apresentada associada ao texto de modo ilustrativo, aborda-se as práticas de curas espirituais realizadas pelos indígenas. Não há uma problematização acerca das concepções de cura e doença destes povos, cuja identificação étnica não ocorre, nem uma discussão sobre os elementos presentes da imagem. Em uma atividade presente na coleção “Se liga na história Braick e Barreto” (Figura 2), também referente ao período do início da colonização, busca-se levar o aluno a refletir sobre os impactos da varíola, a partir das informações presentes no texto da questão, na Bahia colonial.

Figura 2: Atividade presente na seção ATIVIDADES.



Aprofundando

1. Leia o texto para responder às questões.

“A varíola podia manifestar-se sob uma forma fulminante, denominada ‘púrpura variolosa’, cuja vítima era rapidamente levada à morte [...]. Esta terrível apresentação da varíola [...] foi a provável forma que ocorreu entre os indígenas [...] no grande surto de 1563-64. Nele, os nativos morreram aos milhares [...]. A epidemia, iniciada em Portugal em 1562, chegou primeiramente a Itaparica [atual Bahia] e em menos de um ano foi reintroduzida em Ilhéus. Daquele local espalhou-se de norte a sul do Brasil [...], não poupando sequer os mais fortes guerreiros.”

GURGEL, Cristina B. F. Martin. *Índios, jesuítas e bandeirantes: medicina e doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII*. Tese (Doutorado em Clínica Médica) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. p. 123-124.

- a) Qual foi a origem da epidemia de varíola que se verificou na Bahia, entre 1563 e 1564?
- b) Por que os indígenas eram tão gravemente afetados pela varíola?
- c) Quais foram as consequências do surto de varíola para as populações nativas do Brasil?

Fonte: BRAICK *et al.*, 2022, p. 114.

A relação entre a varíola e o processo de colonização do Brasil ocorre de modo semelhante em todas as coleções didáticas nas quais essa associação é apresentada. O mesmo ocorre na associação entre essa doença e o contexto de urbanização e sanitização que acarretou a revolta da vacina no Rio de Janeiro nas primeiras décadas da república. A coleção “Expedições da história”, em um texto sobre essa questão, descreve-se:

Além do embelezamento arquitetônico, alegava-se que um dos objetivos da reforma da capital era combater as epidemias de febre amarela, peste bubônica e varíola, que matavam milhares de pessoas todos os anos. Por isso, em 1904, o médico sanitarista Oswaldo Cruz (1872-1917), diretor da Saúde Pública, convenceu o presidente Rodrigues Alves a instituir a vacinação obrigatória contra a varíola (COTRIM; RODRIGUES, 2022, p. 61).

Aparecendo associadas a outras doenças, descritas como comuns na primeira república, é mobilizada na discussão sobre as ações de vacinação desenvolvidas a partir da atuação de Oswaldo Cruz. Na coleção “Jornadas: novos caminhos – História” consta uma charge publicada pela revista A Avenida, intitulada “O espeto obrigatório”

de bambino (Figura 3), que se repete em outras coleções, assim como acontece com uma charge publicada na revista O Malho, devidamente contextualizada:

Figura 3: Charge satirizando a vacinação obrigatória contra a varíola em 1904.³



Fonte: FERNANDES; CARDOSO, 2022, p. 279.

Nessa charge, diferentemente do que ocorre na gravura sobre a presença da varíola nas aldeias indígenas, os elementos que a compõem são apresentados sendo feita uma conexão com a discussão sobre a revolta da vacina. Em uma atividade presente na coleção “História, sociedade & Cidadania”, presente na seção “Escutar e Falar” (Figura 4), busca-se levar o aluno a refletir sobre os argumentos favoráveis e contrários à obrigatoriedade da vacina no contexto discutido e promover uma autoavaliação de seus argumentos:

Figura 4: Atividade presente na seção ESCUTAR E FALAR.

ESCUTAR E FALAR

Vimos que, em 1904, os cariocas tinham opiniões divergentes a respeito da vacinação contra a varíola. Releia o quadro da página anterior, com os argumentos a favor e contra a vacinação. Agora, responda: quais argumentos você considerou mais pertinentes? Por quê? Prepare-se para falar em público. *Respostas pessoais.*

Autoavaliação. Responda em seu caderno.

- a) Expressei minhas ideias com objetividade?
- b) Usei tom de voz e gestos adequados?
- c) Escutei meus colegas com atenção e respeito?
- d) Contribuí com sugestões e perguntas interessantes?
- e) Demonstrei interesse pelo assunto tratado?
- f) Aceitei críticas aos meus argumentos e comportamento?

Fonte: BOULOS JÚNIOR, 2022, p. 47.

No Brasil, a Varíola consistiu em uma “peste” – denominação dada a qualquer doença que no imaginário social representa um flagelo iminente – presente no cotidiano da colônia desde o primeiro século do contato interétnico vivenciado nesse território. Dizimando colonos, escravizados e indígenas, estes últimos em maior escala, essa doença mobilizou diferentes crenças, terapêuticas e ações de diferentes

³ Título da imagem na coleção didática: Charge O espeto obrigatório de bambino, publicada na revista A Avenida, em 1904, contesta a campanha de vacinação obrigatória do governo carioca contra a varíola. A vacina era uma invenção relativamente nova, e o governo da então capital federal não havia investido em informação, o que gerou muita resistência da população, de políticos e da imprensa. A desinformação não é um fenômeno novo.

setores da sociedade brasileira (GURGEL, 2011). No período imperial, período no qual iniciado com mais força nos centros urbanos brasileiros, tornou-se uma doença possível de ser curada a partir da vacinação (CHALHOUB, 1996). Em relação ao período republicano foi em virtude do combate a esta doença por meio da vacinação, estabelecida de modo autoritário a partir da atuação do médico Oswaldo Cruz, que ocorreu a Revolta da Vacina, movimento social amplamente discutido na historiografia brasileira (SEVCENKO, 1993).

A Febre Amarela, outra doença bastante discutida nas coleções didáticas, é abordada a partir de temáticas como as condições de higiene das cidades no período imperial e o contexto de urbanização, industrialização e sanitização nas primeiras décadas da primeira república. A coleção “Superação! História”, ao abordar essa e outras doenças no período imperial, descreve:

O pouco cuidado com a higiene na época do Brasil Império causou vários problemas de saúde, principalmente aos moradores das cidades onde havia grande concentração de pessoas. Muitos desses hábitos provocaram epidemias de doenças, como a peste bubônica, a cólera e a febre amarela (MINORELLI; CHIBA, 2022, p. 147).

Descrevendo a Febre Amarela, bem como outras doenças, como resultado dos hábitos da população a coleção não aponta outros motivos para a recorrência dessas epidemias como, por exemplo, a falta de saneamento, os problemas de assistência à saúde e a falta de conhecimentos mais consolidados sobre a etiologia dessas doenças no período abordado. Na coleção “A conquista da história” consta uma charge (Figura 5).

Figura 5: Charge de autoria desconhecida, publicada na revista *Semana Ilustrada*, em 1873.



Fonte: SERIACOPI *et al.*, 2022, p. 222.

Descrevendo essa charge enquanto uma representação da Febre Amarela, aponta tratar-se de um cortejo fúnebre no Rio de Janeiro guiado por duas figuras esqueléticas que representam um cocheiro e a própria doença, contextualizando o temor causado pela Febre Amarela. A coleção “Se liga na história Braick & Barreto”, propondo uma atividade apresentada (Figura 6), busca levar os alunos a refletirem sobre ações desenvolvidas pelo poder público no combate à Febre Amarela a partir de um texto base:

Figura 6: Atividade sobre a febre amarela presente na seção Atividades.



Aprofundando

1. Leia o texto sobre as reformas urbanas recomendadas pelos médicos sanitарistas para combater a epidemia de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX. Depois, responda às questões.

“[...] para expelir a terrível epidemia da nossa capital eram indispensáveis e urgentes três ordens de melhoramentos [...]: 1º, enxugo do solo urbano; 2º, calçamento estanque; 3º, reconstrução dos esgotos nos três primeiros distritos construídos, estando já em execução os que se referem a habitações para a classe proletária.

Ora, tais melhoramentos são capazes, a nosso ver, não só de expelir completamente a febre amarela do Rio de Janeiro, como a expeliu de um de seus mais formidáveis focos – Nova Orleans –, mas também hão de reduzir ao mínimo as depredações da malária e do beribéri, atuando, portanto, beneficentemente sobre todas as outras moléstias do nosso quadro patológico [...]. A mesma tuberculose não será insensível a esses melhoramentos, como demonstra um quadro da magistral tese do concurso do eminente higienista, Sr. professor Rocha Faria [...].”

PORTUGAL, Aureliano. *Anuario de Estatística Demographo Sanitaria da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 1, 1891, p. 130-131.

- a) O texto menciona a reconstrução dos esgotos que atendem as habitações da classe proletária. Como se explica a preocupação específica com esse grupo social?
- b) Com base no que você estudou sobre a Primeira República, o poder público seguiu as orientações dos médicos sanitарistas para combater a febre amarela? Justifique.

Fonte: BRAICK *et al.*, 2022, p. 36.

A Febre Amarela, outra “peste” cujos os primeiros registros conhecidos no Brasil datam de meados do século XVII, representou uma doença à época que recebeu muitos nomes como “vomito negro”, “mal de São” e “bicha” (VIOTTI, 2017). Acometendo a colônia por meio de surtos epidêmicos inicialmente sua devastação alcançou o período imperial, tendo sido associada ao tráfico de escravizados mobilizando setores da sociedade na elaboração de projetos de controle de sua propagação e no discurso abolicionista (KODAMA, 2013), e o republicano, acarretando uma verdadeira caça ao mosquito *Aedes aegypti* – descoberto vetor de transmissão dessa doença – e campanhas de vacinação para combatê-la a partir da década de 1930 (BENCHIMOL, 1999).

A discussão sobre o Cólera, abordada associada a outras doenças como Febre Amarela, Varíola, Peste Bubônica e Doença de Chagas, ocorre a partir de temáticas como o processo de imigração entre o império e a república; as condições de higiene

nas cidades durante o Período Imperial; a Guerra do Paraguai, ainda no Império; e a industrialização e urbanização vivenciada nas primeiras décadas da República. A coleção “A conquista da história”, narrando a guerra do Paraguai (1864-1870), explica:

A guerra foi longa e sangrenta; dela participaram homens, mulheres e até mesmo crianças. Os acampamentos militares, com problemas sanitários e soldados subnutridos, foram assolados por epidemias de cólera, varíola, entre outras doenças. Isso contribuiu para tornar a guerra cada vez mais impopular entre os brasileiros, além de provocar duras críticas em relação ao governo imperial e suas lideranças militares (SERIACOPI *et al.*, 2022, p. 242).

Embora apontando os impactos do cólera nesse acontecimento, ressaltando também a presença de outras doenças, não problematiza as características fisiopatológicas dessas doenças. A coleção “Conexões e vivências História”, abordando o que chama “as patologias da pátria” em uma atividade (Figura 7), busca levar os estudantes a refletir sobre a relação entre condições de vida no Brasil do século XX e a recorrência dessas patologias, a permanência de algumas das doenças mencionadas e o papel da Fundação Oswaldo Cruz no combate a recente pandemia da covid-19:

Figura 7: Atividade presente na seção Fique Ligado.

FIQUE LIGADO! TCT INTERDISCIPLINARIDADE ATIVIDADE EM GRUPO

As condições de saúde no Brasil no início do século XX

Desde o último quartel do século XIX o tema da saúde [...] gerava preocupação. [...]

[...] Algumas epidemias eram consideradas “de fora” – como é o caso do cólera, um dos maiores responsáveis pelos óbitos na época. Outras eram entendidas como “de dentro”, tais como a febre amarela, a varíola e a peste bubônica. Segundo os especialistas, esse cenário era ainda agravado pelo predomínio de habitações populares e provisórias chamadas “choças”. Feitas de barro, elas representavam o habitat natural para o inseto conhecido como “barbeiro”, transmissor da recém-descoberta doença de Chagas [...]. Já na conta dos imigrantes entrava o tracoma, infecção ocular perigosa e transmissível. [...]

O interior do país foi então percorrido por viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz, que levaram a saúde do litoral ao encontro dos sertões brasileiros. [...] Esse projeto médico era parte, ademais, de um movimento nacionalizante que considerava as “patologias da pátria” (as pestilências ou epidemias) fatores emergenciais. [...] As “patologias do Brasil” pareciam atingir a todos, mas os grandes alvos – além dos sertanejos, caipiras e populações do interior – foram os ex-escravos, os habitantes pobres das cidades, os moradores dos cortiços e favelas, os imigrantes, trabalhadores e os camponeses.

SCHWARCZ, Lília Mertz; STARLING, Heloisa Margel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 329-330.



Membros da expedição ao Amazonas e Acre. São Gabriel da Cachoeira, Rio Negro (AM), 1913.

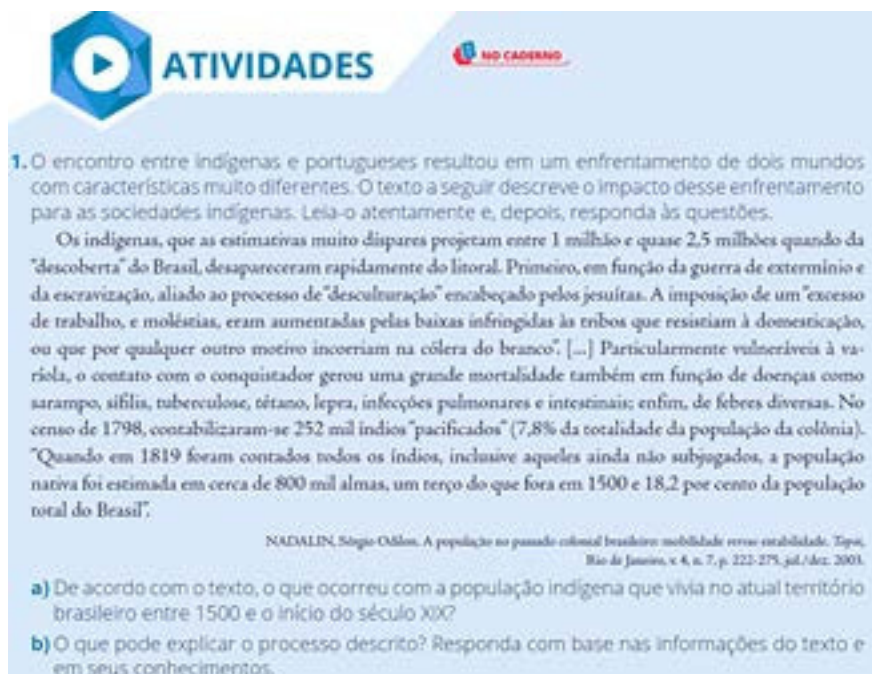
Com base no texto, respondam às questões a seguir.

1. No início do século XX, havia relação entre as condições de vida da população e a ocorrência de pestilências e epidemias no Brasil?
2. Hoje em dia, a situação apontada na questão acima está superada? Por quê?
3. O Instituto Oswaldo Cruz hoje integra a Fiocruz, instituição pública referência em saúde pública e vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS). Vocês sabem o papel da Fiocruz no enfrentamento à pandemia de covid-19? Pesquisem o assunto e discutam a importância de o Estado financiar o trabalho da Fiocruz.

O Cólera, doença causada pela bactéria denominada *Vibrio cholerae* que chegou ao Brasil tornando-se epidêmica a partir de meados do século XIX, foi uma das enfermidades que mais povoou o imaginário social e mobilizou a saúde pública durante o Período Imperial (ALEXANDRE, 2024). Recebendo muitas denominações, entre elas: “o peregrino do Ganges”, em alusão a uma possível origem asiática da epidemia que ocorreu no período mencionado, esteve presente de modo avassalador até as primeiras décadas da República quando casos destas doenças declinaram tornando-se esporádicos a partir de campanhas de desinfecção financiadas pelo governo brasileiro (BENCHIMOL, 1999).

A Lepra/Hanseníase, mencionada apenas na coleção “Conexões e Vivências História”, é abordada em uma atividade referente às doenças que acometeram as populações indígenas no processo de contato interétnico vivencial durante a colonização do Brasil (Figura 8). Nesta atividade, a Lepra, ao lado de doenças como Varíola, Sífilis, Tuberculose e infecções pulmonares e intestinais, não é devidamente problematizada, na medida em que essa atividade busca levar os alunos e alunas a analisarem o que ocorreu com os povos indígenas no processo de colonização sem apresentar muitos detalhes, por exemplo, sobre as doenças que aborda.

Figura 8: Atividade sobre doenças do período colonial.



1. O encontro entre indígenas e portugueses resultou em um enfrentamento de dois mundos com características muito diferentes. O texto a seguir descreve o impacto desse enfrentamento para as sociedades indígenas. Leia-o atentamente e, depois, responda às questões.

Os indígenas, que as estimativas muito dispersas projetam entre 1 milhão e quase 2,5 milhões quando da “descoberta” do Brasil, desapareceram rapidamente do litoral. Primeiro, em função da guerra de extermínio e da escravização, aliado ao processo de “desculturação” encabeçado pelos jesuítas. A imposição de um “excesso de trabalho, e moléstias, eram aumentadas pelas baixas infringidas às tribos que resistiam à domesticação, ou que por qualquer outro motivo incoeriam na cólera do branco”. [...] Particularmente vulneráveis à varíola, o contato com o conquistador gerou uma grande mortalidade também em função de doenças como sarampo, sífilis, tuberculose, tétano, lepra, infecções pulmonares e intestinais; enfim, de febres diversas. No censo de 1798, contabilizaram-se 252 mil índios “pacificados” (7,8% da totalidade da população da colônia). “Quando em 1819 foram contados todos os índios, inclusive aqueles ainda não subjugados, a população nativa foi estimada em cerca de 800 mil almas, um terço do que fora em 1500 e 18,2 por cento da população total do Brasil”.

NADVALIN, Sérgio Otilson. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 7, p. 222-275, jul./dez. 2003.

a) De acordo com o texto, o que ocorreu com a população indígena que vivia no atual território brasileiro entre 1500 e o início do século XIX?

b) O que pode explicar o processo descrito? Responda com base nas informações do texto e em seus conhecimentos.

Fonte: PANAZZO; VAZ, 2022, p. 128.

A Lepra, doença presente desde a Colônia, representou uma das “pestes” que causou mais temor, tendo em vista as deformidades que causava nos enfermos. Recebendo desde a Idade Média como uma de suas denominações “mau de São Lázaro”, em referência as úlceras que o personagem bíblico portava em sua pele e a

concepção de doença enquanto castigo divino nesse período, os acometidos por essa doença tornaram-se foco de um isolamento compulsório como forma de evitar sua propagação. Alcançou o Período Imperial e Republicano ainda sob o estigma desse isolamento, passando a receber a denominação de Hanseníase em alusão ao cientista norueguês Gerhard Armauer Hansen que descobriu o bacilo causador desta doença – *Mycobacterium leprae* – em 1873, acarretando um movimento de conscientização acerca do preconceito associado a esta doença a partir da segunda metade do século XX (MONTEIRO, 2019).

A discussão sobre a gripe “espanhola”, mencionada em duas coleções, ocorre no capítulo dedicado a abordar a Primeira Guerra Mundial. A coleção “História, Sociedade & Cidadania”, em um pequeno texto intitulado “O mal chega ao Brasil”, apresenta algumas informações sobre como se deu a propagação da doença e os impactos que causou:

No Brasil, a epidemia chegou ao final de setembro de 1918 [...] As autoridades brasileiras ouviram com descaso as notícias vindas de Portugal sobre os sofrimentos provocados pela pandemia de gripe espanhola na Europa. Acreditava-se que o oceano impediria a chegada do mal ao país. Mas essa aposta se revelou rapidamente um engano. Tinha-se medo de sair à rua. Em São Paulo, especificamente, quem tinha condições deixou a cidade, refugiando-se no interior, onde a gripe não tinha aparecido. [...] Pense nos jogos de futebol. Mas, ao invés de estádios cheios, imagine os jogadores exibindo suas habilidades em campo para arquibancadas vazias. Pois, durante a pandemia de 1918, as cidades ficaram exatamente assim: bancos, repartições públicas, teatros, bares e tantos outros estabelecimentos fecharam as portas ou por falta de funcionários ou por falta de clientes (BOULOS JÚNIOR, 2022, p. 107).

A Gripe “Espanhola” que acometeu o Brasil no ano de 1918, resultando de uma variante do vírus Influenza causador da gripe, marcou o mundo no início do século XX. Espalhando-se pelo ocidente quando a Primeira Guerra Mundial chegava ao fim, causando medo e recebendo essa denominação por ter sido inicialmente divulgada pela imprensa espanhola, representou uma pandemia que alcançou os cinco continentes até o final de 1920. No Brasil, chegando quando a pouco havia se instalado a República causando grande consternação social, demonstrou as fragilidades do novo regime político em administrar a saúde pública no país (SCHWARCZ; STARLING, 2020).

No caso da Tuberculose, abordada principalmente associada a outras doenças, aparece em discussões sobre o cotidiano de escravizados no período colonial; as condições de vida de indígenas entre o Período Colonial e Republicano; o processo de imigração na transição do Império para a República; e o contexto de industrialização, urbanização e sanitização durante as primeiras décadas da República. A coleção “Araribá conecta - História”, ao abordar as dificuldades vivenciadas por aqueles cujas vidas encontravam-se perpassadas pela escravidão, explica:

O cotidiano dos escravizados que trabalhavam diretamente nas minas era muito duro. Eles ficavam longas horas com os pés na água extraíndo o ouro no leito dos rios e frequentemente eram vítimas da tuberculose e de outras doenças pulmonares. Nas galerias subterrâneas, estavam sujeitos à asfixia e ao risco de soterramento, caso desabassem rochas durante as escavações (ANTONELLI *et al.*, 2022, p. 222).

A discussão proposta, não apresentando informações sobre a Tuberculose, apenas associa essa doença a escravidão. Abordada em algumas atividades, apresentadas acima, encontra-se associadas a outras doenças. Um complemento ao texto base de um capítulo, presente na coleção Jovens Sapiens História, menciona a existência de vacina para essa e outras doenças (DIAS *et al.*, 2022). A coleção “História.doc”, abordando a atuação política de um personagem que teve sua vida findada por essa doença, descreve:

José do Patrocínio, antes um republicano, não aderiu abertamente ao movimento e foi, por isso, associado à monarquia. No governo de Floriano Peixoto (1839-1895), que sucedeu a Deodoro da Fonseca na presidência do país, chegou a ser preso, acusado de conspirar contra o governo republicano. Foi anistiado, mas não recuperou o prestígio, e acabou morrendo de tuberculose em 29 de janeiro de 1905 (VAINFAS *et al.*, 2022, p. 183).

A tuberculose - causada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis* - acometeu o Brasil desde o Período Colonial, época em que era conhecida como “tísica”, representado mais uma das “pestes” que flagelou a sociedade brasileira (GURGEL, 2011). Durante o Período Imperial tornou-se bastante recorrente, considerada à época incurável, recebendo a denominação de “mal romântico” por ter acometido poetas e intelectuais, atingido também variados setores da sociedade como os operários que trabalhavam em péssimas condições de higiene nas fábricas. Foi com o advento da República, cujo sanitarismo emergente passou a reconhecer nas doenças mencionadas um empecilho ao progresso, que a tuberculose se tornou um problema despertando uma maior atenção da saúde pública a partir da atuação de médicos que, formando a Liga Brasileira contra a Tuberculose em 1900, atuaram no combate a essa enfermidade até que fosse criada a Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose em 1923 (NASCIMENTO, 2005).

No caso da Meningite, presente apenas na coleção “Superação! História”, sua abordagem ocorre em um complemento e uma atividade. No complemento é apresentada uma breve discussão do contexto no qual ocorreu a epidemia dessa doença na década de 1970. Em atividade intitulada “A epidemia do silêncio” (Figura 9) busca-se levar o aluno a refletir sobre o processo de censura realizado pelo governo militar acerca da epidemia e a importância da liberdade de imprensa.

Figura 9: Atividade sobre a meningite.

A epidemia do silêncio

O surto de meningite que matou mais de 200 pessoas em São Paulo só neste mês de julho não é lamentável apenas por suas consequências ou por revelar dramaticamente a precariedade do sistema de Saúde Pública do Estado [...]. Talvez ainda pior do que tudo isso seja o fato de que, com ele, atingiu o seu ponto mais alto também a epidemia de desinformação e ocultamento de fatos que as administrações públicas, a todos os níveis, resolveram desencadear faz já algum tempo.





Desde que [...] começaram a aumentar em ritmo alarmante os casos de meningite em São Paulo, as autoridades cuidaram de ocultar fatos, [...] levando, deliberadamente, a desinformação à população e abrindo caminho para que boatos ocupassem rapidamente o lugar que deveria ser preenchido por fatos.

[...]

ROSSI, Clóvis. A epidemia do silêncio. O Estado de S. Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,a-epidemia-do-silencio-texto-de-clovis-rossi-censurado-em-1974,70002872715,0.htm?msckid=f1e58610c7fa1ec9e6986dbc14da16b>. Acesso em: 29 abr. 2022.

Agora, responda às questões a seguir.

Questões 1 a 4. Respostas nas orientações ao professor

-  1. Segundo o autor do texto, quais motivos tornam o surto de meningite lamentável?
-  2. Por que o texto analisado foi censurado? Quais eram os interesses da ditadura em esconder da população o surto de meningite?
-  3. De que maneira a falta de informação sobre a doença pode ter contribuído para que mais pessoas morressem?
-  4. Em sua opinião, qual é a importância da liberdade de imprensa? Converse com os colegas sobre isso.

Fonte: MINORELLI; CHIBA, 2022, p. 217.

Essa epidemia de Meningite abordada nessa coleção, doença que pode ser causada por uma variedade de agentes etiológicos – vírus, bactéria, fungo e parasitas – cujos primeiros casos de epidemias reportam a primeira metade do século XX (1923 e 1945), ocorreu em pleno regime militar na década de 1970. De origem ainda imprecisa, cuja propagação ocorreu inicialmente de modo silencioso, sofreu censura do governo que controlava a circulação de informações que pudessem comprometer a manutenção da ordem política e social instituída. O reconhecimento da doença só aconteceu no ano de 1974, após a chegada à presidência do militar de perfil mais moderado Ernesto Geisel, ocasionando a criação do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e a Comissão Nacional de Controle de Meningite. A doença só pode ser devidamente controlada, em virtude da massiva campanha de vacinação realizada a partir de 1975, no ano de 1977 (BARATA; MORAES, 2015).

Em relação a Poliomielite, presente em quatro das coleções didáticas, a abordagem ocorre por meio de discussões sobre sua incidência no mundo, processo de erradicação e campanha de vacinação no Brasil. Na coleção “Superação! História” conta um gráfico sobre a incidência dessa doença no mundo (Figura 10).

Figura 10: Gráfico sobre a incidência de poliomielite no mundo entre 1980 e 2020.



Fonte: MINORELLI; CHIBA, 2022, p. 38.

Na coleção “História.doc” há uma atividade sobre a Poliomielite, intitulada “Vacinação e erradicação das doenças”, na qual consta um texto explicando sua etiologia e um caso de uma pessoa que desenvolveu esta doença (Figura 11). Nesta atividade busca-se levar o aluno a refletir sobre o significado de erradicação de doenças, a relação entre avanço científico e erradicação e uma discussão em grupo sobre os riscos que baixa de vacinação dessa doença pode trazer e quais propostas podem ser realizadas para manter bons índices de vacinação.

Figura 11: Atividade sobre a erradicação da poliomielite.

História & Ciências

Vacinação e erradicação de doenças

A poliomielite é uma doença causada pelo poliovírus e pode ser transmitida pelo contato com saliva ou fezes de uma pessoa contaminada. Ao entrar no sistema nervoso, o poliovírus pode matar a pessoa infectada ou provocar paralisia nos membros inferiores. A doença ficou conhecida como “paralisia infantil”, por afetar mais as crianças. No entanto, adultos também podem ser atingidos. Foi o caso de Franklin Delano Roosevelt.

Aos 39 anos, Roosevelt teve poliomielite, perdendo a capacidade de andar. Apesar disso, continuou sua carreira política e foi eleito presidente em 1932, com 51 anos de idade, e reeleito três vezes consecutivas, em 1936, 1940 e 1944.

A vacina contra a poliomielite foi desenvolvida entre 1948 e 1954. Nos anos 1960 começou a vacinação sistemática de crianças em todo o mundo e hoje a poliomielite está quase erradicada do planeta. No Brasil, o último caso ocorreu em 1989.

1. Explique o que significa a erradicação de uma doença.
2. Em sua opinião, podemos afirmar que no caso da poliomielite houve sucesso em razão do avanço científico e da vacinação da população mundial? Justifique sua resposta.
3. Em 2015, 98,2% do público-alvo da campanha de vacinação contra a poliomielite no Brasil recebeu suas doses. Em 2019, essa taxa caiu para 84%.
 - a) Em grupo, discutam quais são os riscos trazidos por essa redução na vacinação de crianças contra a poliomielite.
 - b) Proponham medidas para assegurar a retomada da cobertura vacinal anterior, identificando os responsáveis por pô-las em prática.

Fonte: VAINFAS *et al.*, 2022, p. 38.

O primeiro surto de Poliomielite – causada pelo Poliovírus que vive no intestino humano – no Brasil, embora haja referências a casos esporádicos em fins do século XIX, foi descrito pela primeira vez pelo pediatra carioca Fernandes Figueira em 1911. Enquanto na primeira metade do século XX ficou restrita a debates médicos, marcados pela definição de modelos científicos explicativos sobre sua propagação e incidência no Brasil, na segunda metade deste mesmo século, tornou-se um problema para a saúde pública, quando se estabeleceu políticas públicas como vacinação e

campanhas de conscientização sobre esta doença. Felizmente, foi erradicada oficialmente, em virtude da execução do programa de vacinação contra a Poliomielite, na década de 1990 (CAMPOS; NASCIMENTO; MARANHÃO, 2003).

Em relação a Aids/HIV, presente em sete coleções didáticas, a discussão ocorre a partir de trechos curtos inseridos nas discussões sobre o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nessas coleções enfatiza-se, sem que seja mencionado o processo de estigmatização que os portadores desta doença sofreram e ainda sofrem, a política pública desenvolvida neste governo para acesso a tratamento e medicação gratuita.

A Aids, doença de incidência mais recente entre as discutidas causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV é a sigla em inglês), chegou ao Brasil na década de 1980. Diferentemente do que aconteceu em relação à tuberculose, foi estigmatizada como a “peste gay” nos diferentes meios de comunicação, sendo associada diretamente ao grupo social gay, por isso não recebendo, inicialmente, atenção devida do sistema de saúde pública. Foi a partir da mobilização articulada por organizações da sociedade civil, sobretudo das pessoas acometidas pela doença, principalmente as famosas, e aqueles que a elas foram solidárias, que esta doença passou a despertar a atenção da saúde pública, tendo sido as primeiras ações governamentais direcionadas a essa doença a partir do ano de 1995 (NASCIMENTO, 2005).

Considerações finais

Diante dos resultados apresentados percebe-se que, embora presente em boa parte das coleções didáticas aprovadas pelo Edital de 2022 do PNLD, a abordagem dada à História das Doenças nesses materiais apresenta limitações. Mesmo nas coleções didáticas em que há uma contextualização diante da discussão central proposta pelo capítulo, como é o caso daquelas que abordam a varíola vinculando-a a temáticas como o genocídio indígena durante a colonização, as condições de higiene das cidades no Brasil Imperial e sua relação com movimento social denominado Revolta da Vacina (1904) vivenciado durante a Primeira República, a abordagem feita não problematiza as doenças enquanto fenômenos sociais, como proposto pela historiografia brasileira, nem avança na compreensão da historicidade das doenças, algumas aparecendo apenas identificadas para dar nome a entidade fisiopatológica chamada doença.

Essas limitações ocorrem, como observado por Leandro Costa (2021) e Thayane Oliveira (2021), por que as coleções didáticas seguem as orientações presentes nos documentos curriculares que, como foi destacado, apresentam as temáticas saúde e doença nos PCN's como temas transversais, não estabelecendo-as como conteúdos prioritários no Ensino de História, e que abordam estas temáticas em habilidades e competências cobradas nas unidades temáticas de áreas como Ciências Naturais e Educação Física na BNCC, não estabelecendo, assim, nestas habilidades e competências a necessidade de associações destas temáticas com o conhecimento histórico. Um aspecto que também cabe destacar consiste, como ressalta Edeílson Azevedo (2005), na seleção de conteúdos feita por aqueles que produzem esse tipo de material didático, em virtude das limitações

editoriais que são impostas, ocasionando a seleção de determinados conteúdos em detrimento de outros, o que ajuda a compreender determinadas ausências.

Em virtude da recente experiência da pandemia de Covid-19, como discutido a partir da minha própria experiência enquanto historiador-docente, a História das Doenças tornou-se temática cada vez mais discutida. Para uma maior abordagem desta temática nos livros didáticos de História, bem como de modo mais amplo no ensino da disciplina, um caminho possível, como destacado por Leandro Costa (2021), consiste em inserir a História das Doenças nos currículos oficiais das humanidades de modo mais efetivo a partir de eixos temáticos com conteúdo específico e habilidades bem definidas. Na análise realizada dos contextos históricos das doenças abordadas em algumas das coleções percebe-se, por exemplo, como representações sociais são construídas a partir de referências do passado e angústias sobre um futuro, bem como as estruturas mencionadas são desestruturadas e reestruturadas a partir das respostas sociais que as doenças suscitam.

Mesmo que os manuais didáticos constituam um dos principais materiais de apoio do professor, apresentando no caso daqueles direcionados ao Ensino de História as temáticas definidas pelos currículos oficiais, fontes históricas associadas a estas temáticas que podem ser discutidas e exercícios a serem resolvidos, não devem representar, por muitas vezes não suprir determinadas demandas da sala de aula, o único material pedagógico a ser utilizado na prática docente. Cabe ao professor interessado em abordar a História das Doenças apropriar-se das discussões realizadas pela produção historiográfica sobre as doenças, utilizar em sala fontes históricas (periódicos, fotografias, objetos, prontuários médicos, etc.) disponíveis discutidas por esta historiografia e propor atividades que permitam historicizar as doenças enquanto fenômenos sociais.

Embora a BNCC, por exemplo, permita que os docentes adaptem os conteúdos às necessidades de suas turmas, a falta de uma formação específica pode limitar a abordagem em sala de temas como epidemias, políticas de saúde pública e o impacto das doenças ao longo da história. Nesse contexto, a formação continuada dos professores torna-se um processo fundamental para capacitá-los a integrar métodos pedagógicos atualizados e, no caso da temática discutida, mobilizar em sua prática docente os resultados das mais recentes pesquisas no campo da História das Doenças.

Investir na formação continuada de docentes sobre temas desse campo do conhecimento histórico e incluir nas coleções didáticas abordagens alinhadas à produção historiográfica possibilitará uma educação mais integrada quanto aos processos de interações entre saúde, sociedade e ambiente em diferentes contextos históricos. Assim, os alunos poderão desenvolver uma compreensão crítica sobre como as doenças moldam sociedades e influenciam políticas públicas de saúde.

Referências

- ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. A doença epidêmica clássica do século XIX: o cólera na historiografia. *Sertão História*, v. 3, n. 5, p. 188-205, 2024.
- ALVIM, Yara Cristina. A avaliação do livro didático de história: diálogos entre pareceristas e professores à luz dos guias de livros didáticos do PNLD. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: ANPUH, 2009.
- ANTONELLI, Maria Clara *et al.* *Araribá conecta – História*. São Paulo: Moderna, 2022.
- AZEVEDO, Edeílson Matias de. Livro didático: uma abordagem histórica e reflexões a respeito de seu uso em sala de aula. *Cadernos da FUCAMP*, Monte Carmelo, n.4, p. 105-116, 2005.
- BARATA, Rita de Cássia Barradas; MORAES, José Cássio. A doença Meningocócica na cidade de São Paulo durante o século XX. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela; BERTOLI FILHO, Cláudio. (Org.). *As enfermidades e suas metáforas: epidemias, vacinações e produção do conhecimento*. São Paulo: USP/UFABC, Casa de Soluções, 2015, p. 71-94.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz / Ed. UFRJ, 1999.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História, Sociedade e Cidadania*. São Paulo: FDT, 2022.
- BRAICK, Fabrício Ramos *et al.* *Se liga na história Braick & Barreto*. São Paulo: Moderna, 2022.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: história*. Brasília: MEC / SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 11 ago. 2023.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Escolhas e usos do livro didático de história: o que dizem os professores. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel *et al.* (Org.). *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST. EXCLAMAÇÃO, ANPUH/RS, 2010, p. 101-114.
- CAMPOS, André Luiz Vieira de; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MARANHÃO, Eduardo: A história da poliomielite no Brasil e seu controle por imunização. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 2, p. 573-600, 2003.

- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, Leandro Garcia. *O que a história ensina sobre as epidemias no Brasil? Orientações didáticas para o ensino fundamental*. Curitiba: Editora CRV, 2021.
- COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Expedições da história*. São Paulo: Moderna, 2022.
- DIAS, Adriana Machado *et al.* *Jovens Sapiens História*. São Paulo: Scipione, 2022.
- FERNANDES, Priscila Nina; CARDOSO, Maurício. *Jornadas: novos caminhos – história*. São Paulo: Saraiva, 2022.
- FERREIRA JUNIOR, Lier Pires *et al.* *Amplitude história*. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.
- FREITAS, Itamar. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. (Org.). *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. Natal: EDUFRN, 2009, p. 11-19.
- FREITAS, Solange de Almeida *et al.* *Segue a trilha história*. São Paulo: Palavras Projetos Editoriais, 2022.
- GURGEL, Cristina. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2011.
- KARNAL, Leandro *et al.* *Viver história com Leandro Karnal*. São Paulo: Moderna, 2022.
- KODAMA, Kaori. Epidemias e tráfico: os discursos médicos e debates na imprensa sobre a febre amarela (1849-1850). In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MACIEL, Ethel Leonor Noia. (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 35-49.
- LE GOFF, Jacques. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MINORELLI, Caroline Torres; CHIBA, Charles Hokiti Fugushigue. *Superação! História*. São Paulo: Moderna, 2022.
- MONTEIRO, Yara Nogueira. (Org.). *História da Hanseníase no Brasil: silêncios e segregação*. São Paulo: LEER - Universidade de São Paulo, 2019.
- MOTOOKA, Débora Yumi; SILVA, Valéria Aparecida Vaz da. *Geração alpha história*. São Paulo: Edições SM, 2022.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As Pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 25-44.

OLIVEIRA, Thayane Lopes. *A História das Doenças nas aulas de História: uma abordagem possível*. Revista História Hoje, v. 10, n. 20, p. 33-50, 2021.

PANAZZO, Silvia; VAZ, Maria Luiza Albiero. *Conexões e vivências História*. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Org.). *História: novos objetos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 144-159.

RÜSEN, Jörn. *Aprendizagem Histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W & A Editores, 2012.

SCHMIDT, Maria auxiliadora Moreira dos Santos; CAINELLI, Marlene Rosa. *Ensinar História*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SEFFNER, Fernando. Aprender e ensinar história: como jogar com isso? In: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet. (Org.). *Jogos e Ensino de História*. Porto Alegre: Evangraf, 2013, p. 25-46.

SERIACOPI, Reinaldo et al. *A conquista da história*. São Paulo: Editora FTD, 2022.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Scipione, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira; CAIMI, Flávia Eloisa. O Livro Didático de História do Ensino Médio: critérios de avaliação e documentos curriculares. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 54, n. 41, p. 220-250, maio/ago. 2016.

VAINFAS, Ronaldo et al. *História.doc*. São Paulo: Saraiva, 2022.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017.